BREVES NOTAS SOBRE O CASO ENRON E OS IMPACTOS LEGAIS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

BRIEF NOTES ON THE ENRON CASE AND THE LEGAL, ACCOUNTING AND FINANCIAL IMPACTS

*Emerson Ademir Borges De Oliveira¹
Galdino Luiz Ramos Júnior²
Glesler Sales Maldonado³*

Resumo

No início dos anos 2000, a empresa norte-americana Enron Corporation, do ramo de energia, acumulava um exponencial crescimento, com faturamento na casa dos 100 bilhões de dólares. Contudo, o que se revelou, na prática, foi a manipulação de dados financeiros, com um escândalo contábil sem antecedentes e uma dívida de 13 bilhões de dólares, até então escondida por meio um conluio no tocante à realização de sua auditoria independente, especialmente pela Arthur Andersen. A confirmação das fraudes conduziria a empresa, antes considerada a sétima mais promissora nos anos 90, para uma inevitável falência, que se encerra em 2018, com a aquisição de direitos e bens por parte da JM Hansen. Em meio aos escândalos no início dos anos 2000, as ações declinaram e fusões de última hora foram arregimentadas. Nada disso, contudo, foi capaz de reaver a posição da Enron no mercado. As fraudes contábeis, muito bem realizadas, abriram precedentes ao estudo das livres iniciativas no EUA e no mundo visto que por muitos anos a auditoria efetuada na empresa abonava os balanços orçamentários, justificando tudo de forma "legal", escondendo o que levaria a Enron ao fundo do poço. Não obstante, o fenômeno trouxe um repensar ao setor especulativo, especialmente com a edição da Lei Sarbanes-Oxley, em 2002, e um rígido controle das auditorias. O presente estudo, por meio de metodologia indutiva, tem o propósito de explorar brevemente as nuances das fraudes contábeis perpetradas pela empresa e as consequências daí advindas, mormente aquelas que buscaram combater medidas similares às perpetradas.

Palavras-chave: Enron Corporation. Arthur Andersen. Fraude Contábil. Lei Sarbanes-Oxley.

Abstract

In the early 2000s, the North American energy company Enron Corporation accumulated exponential growth, with revenues of around US \$ 100 billion. However, what turned out in practice was the manipulation of financial data, with an unprecedented accounting scandal and a debt of 13 billion dollars, hitherto hidden by collusion with regard to the performance of its independent audit, especially by Arthur Andersen. Confirmation of fraud would lead the company, previously considered the seventh most promising in the 1990s, to an inevitable bankruptcy, which ends in 2018, with the acquisition of rights and assets by JM Hansen. Amid scandals in the early 2000s, stocks declined, and last-minute mergers were regimented. None of this, however, was able to recover Enron's position in the market. The accounting fraud, which was very well performed, set precedents for the study of free initiatives in the USA and in the world, since for many years the audit carried out on the company paid off the budget balance sheets, justifying everything in a "legal" way, hiding what would lead Enron to rock bottom. Nevertheless, the phenomenon brought about a rethinking of the speculative sector, especially with the enactment of the Sarbanes-Oxley Act, in 2002, and a strict control of audits. The present study, using an inductive methodology, aims to briefly explore the nuances of accounting fraud perpetrated by the company and the consequences arising therefrom, especially those that sought to combat measures similar to those perpetrated.

Keywords: Enron Corporation. Arthur Andersen. Accounting Fraud. Sarbanes-Oxley Act.

1. Introdução

O caso Enron é considerado o maior escândalo contábil e empresarial do mercado de capitais, com prejuízos superiores a um bilhão de dólares, tanto em seu valor de mercado e como no fundo de pensão dos funcionários. Mais especificamente, de forma costumeira questionou-se a

¹ Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Coordenador-Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito e Professor Titular da Universidade de Marília. Advogado e parecerista.

² Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Marília. Professor Titular da Universidade de Marília. Advogado.

³ Mestre em Direito pela Universidade de Marília. Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Professor de cursos preparatórios.

postura ética de condução da empresa, que veio a gerar o processo de concordata aberto em 2001 e que se encerrou com a falência da empresa em 2018.

O fator emblemático deu-se a partir das diretrizes desvirtuadas utilizadas pelos executivos da corporação, com frágeis padrões de gestão associados às falhas e conluio na auditoria conduzida pela empresa Arthur Andersen LLP, que levou a Enron ao escândalo e falência.

Até pouco tempo, a promissora empresa viu suas ações subirem de 21,50 dólares para 90 dólares em apenas 5 anos, entre 1996 e 2001. Após, inicia uma queda vertiginosa, encerrando o ano de 2001 a irrisórios 67 centavos de dólar. Em meio às denúncias de fraude, a empresa tenta se reinventar, especialmente por diferentes fusões e outras estratégias para recuperar sua saúde financeira. Em meio ao caos, nada a salvou.

A questão da Enron, no entanto, não se confunde com um mero insucesso no mundo dos negócios, que poderia ser considerado comum ou associado a fatores externos e até mesmo a uma má administração, embora legalmente embasada. O problema era outro: a falta de padrões éticos dos envolvidos e esforços envidados para esconder uma série de fraudes praticadas ao longo dos anos.

E o fato é que a falta de probidade do caso em questão não fora exclusiva, tendo ocorrido em outras empresas e auditorias no mesmo cenário, afetando a confiança dos valores negociados na principal bolsa norte-americana e, assim, no mundo. Além disso, empresas que fraudaram suas finanças, como a Enron, promoviam negócios com diversas outras multinacionais, bancos e executivos experientes, tamanho o mascaramento e engenhosidade das fraudes perpetradas.

Não se olvide que o salto inicial da Enron no mercado se deu em razão de sua capacidade de inovação, diversidade operacional e crescimento. E para conseguir lidar com todo esse crescimento, a empresa criou obrigações vultosas em operações *off-balance sheet*, veiculadas por meio de *special purpose entities* (SPE), fazendo diversas manobras nos critérios de contabilidade utilizados, propositalmente. Assim, pareceria ainda maior e com crescimento mais acentuado do que o real.

Este trabalho iniciar-se-á com a exposição do caso Enron, sua história de crescimento e colapso, seguindo para as influências na legislação das práticas contábeis atuais, decorrentes do escândalo das auditorias.

2. Breves notas sobre o caso Enron

O caso da Enron Corporation e Andersen LLP pode ser analisado sob diferentes perspectivas, mas que conduzem ao mesmo fim: escândalo e falência corporativa, desencadeada pela fraude contábil associada às finanças da primeira.

Não é demais lembrar que o caso sob exame decorre diretamente da ausência de ética empresarial, um dos pilares administrativos das corporações, isto é, unidades econômicas que utilizam “os fatores de produção para gerar produtos ou serviços que serão vendidos no mercado pelo maior preço que este aceite pagar” (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 2).

Até o século XVII, o lucro estabelecido pela diferença entre o valor de venda e o custo de produção ou de obtenção do produto não era analisado sob o aspecto ético, mas pura e simplesmente como exploração, já que o valor de venda era superior ao de compra. Adam Smith, no século XVIII, aponta que o lucro é uma forma de distribuição da renda e promoção de bem-estar social, direcionado ao aumento da produção e, conseqüentemente, distribuição de empregos. Isso implica na inserção do lucro dentro do conceito ético. Desta forma, o direito passou a controlar esse processo de atividade empresarial, através de leis e atos de proteção, fazendo com que abusos fossem coibidos e diretrizes estabelecidas sobre o caminhar do empreendedorismo (MOREIRA, 1999). É nesse ponto que o lucro deixa de ter um significado em si mesmo e o desenvolvimento econômico não pode se erguer afetando outros pressupostos igualmente essenciais.

É o que ocorre, entre nós, com a Constituição de 1988, ao colocar em paralelo a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho, tanto no artigo 1º, enquanto fundamentos da República Federativa do Brasil, como no artigo 170, enquanto bases da ordem econômica.

Como é possível visualizar na Constituição, *livre iniciativa e valores sociais do trabalho* constam, lado a lado, do mesmo inciso do artigo 1º da Constituição. Isso é certamente proposital. Tem o intuito de esclarecer que, embora o Brasil seja um país capitalista, ancorado na livre iniciativa, esta não poderá se desenvolver sem amparo de sua função social. Isto é, o reconhecimento de que o trabalho que promove a livre iniciativa possui forte valor social [...] A lógica das disposições é a necessidade de harmonização entre contextos que seriam teoricamente opostos. Só haverá espaço para o desenvolvimento livre do setor privado se estiver voltado para os objetivos mais nobres da República (BORGES DE OLIVEIRA, 2020, p. 59-60).

É na esteira do contexto econômico que a Enron surge, em um cenário de altas nas ações das empresas de tecnologia e a desregulamentação dos mercados de gás e energia.

Anteriormente à crise, de acordo com as demonstrações em números e o reconhecimento no ramo, a Enron era conhecida por sua altivez financeira e seus atos na área de contabilidade. As pessoas que faziam parte da administração eram conhecidas por serem destemidas no mundo dos negócios e estavam sempre presentes em palestras como convidados de honra, locais em que discorriam seus discursos de “incomparáveis lucros” (GRADILONE, 2002, p. 23).

A Enron que, desde 2000, não estava mais com seu mercado restrito à distribuição de água e gás, passou a ser por esse motivo uma empresa agora da denominada “nova economia”. Vinha diversificando seu mercado a partir do lançamento de seu site *EnronOnline*, em 1999, que veio a tornar-se o maior portal de comércio eletrônico do mundo. Conseguiu atingir o ápice de cerca de 6 mil transações diárias que envolviam o mercado financeiro de comércio de petroquímicos, energia, gás carvão, papel, aço, dentre outros. Os contratos relativos às operações dos anos de 2000 e 2001 estimam-se em mais de US\$ 880 bilhões (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 4).

No final dos anos 90, a Enron operava em cinco nichos de negócios diferentes: 1) *Enron Broadband Services*: que oferecia serviços de telecomunicações para os colaboradores; 2) *Enron Energy Services*: área de atuação em gás natural para processo de compra, venda e financiamento, bem como óleo e energia; 3) *Enron Transportation Services*: processo de transporte do gás natural pelo território, bem como a administração referente aos gasodutos; 4) *Corporate and Other*: processos que lidam com água, energia eólica e todo o resto que não foi citado nos outros nichos; 5) *Enron Wholesale Services*: área que atuava com negócios globais e *delivery* de *commodities* (CUPERTINO *et al.*, 2001).

Os lucros obtidos de todas essas transações em no início dos anos 2001 derivavam, em 80% de sua totalidade, de mercados que até três anos antes não eram sequer explorados. Porém, ao mesmo tempo que esse aumento ocorria desenfreadamente, a Enron vinha desfazendo-se de seus ativos fixos, tais como usinas e gasodutos, “para se concentrar na compra e venda de contratos de fornecimento” (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p.4).

Por ativos fixos compreende-se, segundo Catelli, Parisi e Santos (2003, p. 4), os elementos concretos e integrantes do ativo da empresa, como as máquinas e imóveis, e possuem maior ou menor valor na medida em que são analisados em comparação aos outros subsistemas da empresa, já que derivam de sua importância nessa relação, na realização da missão da empresa e da funcionalidade de suas estratégias de mercado.

O prejuízo declarado da empresa foi de aproximadamente US\$ 618 milhões ao longo dos 5 anos, de 1996 a 2001, resultando em 99% de declínio no preço das ações, que terminaram 2001 valendo apenas US\$ 0,67. A empresa admitiu ter inflado seus lucros em aproximadamente US\$ 586 milhões, o que potencialmente foi descoberto e divulgado, causando o colapso do valor das ações. Tentou-se ainda fundir a Enron com a rival Dynergy a fim de recuperar a saúde financeira da instituição, mas essa manobra também não deu certo e era a última oportunidade para salvaguarda da empresa (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 4).

Ainda no ano de 2001, a Enron passa a não conseguir mais quitar suas dívidas, estando também sem possibilidade de fundir-se ou de conseguir empréstimos. A Enron entrou, então, com pedido de falência. Considerado o maior pedido de falência do país, a sétima maior corporação americana vem abaixo e, com ela, tudo que estava por trás das ações da Enron fora explicitado, inclusive eventuais ligações políticas com o partido que estava no poder na época (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 4).

Dessa forma, surgiram questionamentos quanto a ética dos envolvidos, que em troca de dinheiro fácil, tiveram total ausência de escrúpulos e de caráter, a ponto de praticar uma fraude desse porte em uma empresa, afetando milhares de pessoas, no mundo todo. De acordo com os relatos da mídia, essa fraude era tão grandiosa que até mesmo experientes executivos, mentores de bancos e empresas de médio e grande porte, acabaram se associando a Enron (CUPERTINO *et al.*, 2001, p. 13).

Os dados que vieram à tona comprovaram uma estimativa de US\$ 591 milhões em lucros superestimados. A corporação americana varria débitos com propósitos específicos e fazia isso com a utilização de uma norma contábil duvidosa. A falência decorrera, portanto, de uma tríade que compunha as fraudes dentro da instituição, sendo ela composta pelos executivos, conselheiros administrativos e auditores. Os auditores externos não realizavam suas tarefas, enquanto os conselheiros não fiscalizavam a diretoria e os altos executivos, por sua vez, eram fraudulentos. O conselho administrativo mostrou-se ignorante acerca das ações fraudulentas diante da investigação, o que fez dele um agente passivo da falência. Já os auditores alegaram impossibilidade de indicar atos fraudulentos, uma vez que havia falhas na regulação das normas técnicas (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 5).

No caso da Enron, existia conflito de interesses da auditoria, executada pela Arthur Andersen desde 1985, uma vez que ela também recebia por consultorias realizadas para a empresa. No ano de 2000, a Andersen recebeu US\$ 27 milhões pelas consultorias e US\$ 25 milhões pelas auditorias (New York Times). Nesse sentido, a investigação preliminar levantou suspeita forte de que a Andersen tinha conhecimento dos problemas contábeis da Enron. A passividade da empresa pode ter sido em decorrência do risco de perda de milionárias fontes de receita (CUPERTINO *et al.*, 2001, p. 10).

Kenneth Lay era o nome no comando da Enron Corporation entre os anos de 1998 e 2001, conseguindo, como executivo-chefe (CEO), arrebatar mais de US\$ 200 milhões de ações que foram ainda vendidas antes da derrocada da corporação. Era, por sua vez, amigo de George W. Bush e seu financiador desde 1998. Colocou em seu lugar na Enron, Jeffrey Skilling, que se demitiu em agosto de 2001, contando com pouco mais de 8 meses no cargo de *Chief Executive Officer*, reassumido por Lay na ocasião, permanecendo até o final de janeiro de 2002 (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 5).

As coisas começam a ficar ainda mais polêmicas quando Lay, em janeiro de 2002, decide divulgar à imprensa a decisão de demitir empresa de auditoria Arthur Andersen. O ex-auditor da conta da Enron, David Duncan, no mês seguinte, negou-se a testemunhar perante uma subcomissão do Congresso. Já no dia seguinte, um ex-membro do Conselho da empresa, suicidou-se e, uma semana depois, Lay deixa o cargo (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 5). Todo esse alvoroço levantava cada vez mais suspeitas sobre as fraudes e sobre os reais propósitos da Enron Corporation.

Em 8 de novembro de 2001 a empresa decidiu tornar públicas as demonstrações contábeis dos últimos 37 anos, o que deixou claro um déficit de 586 milhões de dólares, em vez do grande superávit que todos estavam acostumados a ver até o momento. Cerca de 11 dias depois, a empresa demonstrou mais uma vez suas representatividades do semestre, o que indicava um déficit ainda mais preocupante, o que levou a uma queda de 23% das ações da Companhia, a maior já vista em cerca de uma década, diante do rebaixamento dos papéis da dívida pela agência Standard & Poor.

No dia 28 do mesmo mês, a Dynegy desistiu de adquirir o negócio e, em dezembro de 2001, a empresa declarou falência (ELIAS; MANSANO; CAMPANHOL, 2014, p. 12).

Os efeitos práticos foram catastróficos. Los Angeles e São Francisco sofreram com o maior apagão em toda a história de ambas as cidades, mesmo que a energia estivesse sobrando e as pessoas estivessem em dia com as suas contas de luz. O governador da Califórnia, Gray Davis, sem saída, chegou a pedir ajuda ao Governo Federal e menciona-se esta como uma das principais questões que conduziram ao *recall* de 2004 e a perda das eleições para Arnold Schwarzenegger.

Uma das estratégias antiéticas utilizadas pelos executivos da empresa era a utilização privilegiada de informações internas, ou seja, para se auto beneficiarem. Tudo isso fez com que a informação ficasse absurdamente assimétrica entre toda a hierarquia do negócio, fazendo com que o prejuízo para funcionários menos beneficiados fosse alto e os coagindo a entrarem no *Stock Options Plans*: o fundo de pensão em que todos os funcionários contribuíam uma parcela para a empresa.

Tecnicamente falando, a empresa fez uso de coligadas e controladas para conseguir ter o controle dos seus resultados, o que é considerado algo normal em diversos negócios. Por meio de SPEs (*Special Purpose Entities*), a empresa fazia a transferência de passivos, camuflava seus gastos e alavancava seus empréstimos (CUPERTINO et al., 2001).

Todas as operações de arrendamento sintético ocorriam de modo que elas poderiam ser classificadas como *leasing* de operações. Feitas por meio de subsidiárias integralizadas, não era possível evitar que contabilizassem os ativos-objetivos e o déficit correlacionado com a consolidação. Logo, a alternativa foi apelar para a privatização (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 7).

Essa ação é legalizada na área de finanças da América do Norte por conta de uma regra conhecida como “regra dos 3%”, a qual concede autorização para que uma subsidiária que possua 97% das ações seja considerada independente. Isso possibilitou que a empresa continuasse com um déficit de US\$ 2,6 bilhões por conta de 3 parcerias presentes no balanço de patrimônio (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 7).

A Enron disseminou essa forma de atuação com a criação de mais de três mil parceiros subsidiários. Em um sistema fraudulento, quase metade delas foram feitas em paraísos fiscais por meio de parcerias privatizadas, o que acabou levando a uma sonegação de quase 400 milhões de dólares. Ainda, a manobra excluiu diversas dívidas da empresa, passando a impressão de existência de um superávit (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 7).

As transações foram, de forma unitária, consideradas como recebimento por conta de seus valores. Porém, além das negociações relativas aos contratos de energia (em valores nacionais), as vendas da empresa aumentaram, pois constituía uma *market maker*, ou seja, intermediava contratos por meio da união de compradores e vendedores, embora o valor do contrato entrasse na receita da Enron. Mesmo quando a *Financial Accounting Standards Board* criticou a ação o fez em um sentido passivo e liberal (CUPERTINO et al., 2001).

A Enron costumeiramente demonstrava transações falsas junto a outras empresas para esconder seus resultados, fazendo com que seus lucros parecessem maiores. Só com a LJM foram 64 milhões dólares não registrados, tornados públicos apenas após a investigação (SILVA, 2014, p. 36).

Além disso, ocorreram outros problemas entre os administradores e os subordinados do negócio. Neste caso, a diferença de acesso à informação entre os diferentes cargos da empresa fez com que os prejuízos aos funcionários mais baixos fossem mais sentidos. Aqueles privilegiados faziam investimentos nas ações da empresa, mais especificamente no *Stock Option Plans*, para aposentadoria (CUPERTINO et al., 2001).

De acordo com os relatórios encontrados, a empresa possuía quatro formas de planos de aposentadoria, feitos especificamente para diretores, empregados e outros participantes do corpo administrativo. Por conta disso, os subordinados que não tinham acesso à informação fizeram investimentos em outros planos, os quais conduziram a enormes prejuízos. Além disso, a

contribuição ao fundo de pensão tinha como parte do seu destino a própria Companhia, o que poderia deixar o fundo em déficit caso a empresa também estivesse (CUPERTINO *et al.*, 2001).

Antes da publicização do escândalo, alguns funcionários de alto escalão da Andersen pretenderam apagar as provas dos atos fraudulentos deletando arquivos eletrônicos e destruindo tudo em picadores de papel. Duas semanas após o escândalo, o executivo-chefe da Andersen, Joseph Bernardino demitiu o responsável pela conta da Enron e mais cinco outras pessoas, além de se retratar publicamente sobre o que ocorrera na empresa. Em 10 de janeiro de 2002, a Andersen assumiu que os funcionários apagaram “um número significativo, mas indeterminado” de papéis que tinham relação com a auditoria feita no ramo de contabilidade da Enron (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 5).

Todo esse processo fez também com que a função de auditoria externa de Arthur Andersen perdesse o crédito. A empresa era responsável pela auditoria e consultoria da Enron há cerca de 10 anos. De um lado, enquanto consultoria, suas condutas auxiliavam a administração a aumentar os déficits, ao mesmo tempo em que supostamente deveriam estar auditando as contas da empresa e verificando se as demonstrações financeiras eram verdadeiras. A impossibilidade se fez presente pela conduta ambígua (SILVA, 2014, p. 38).

As empresas multinacionais, com suas políticas econômicas e práticas de subvenções e créditos, podem contribuir para a proliferação da corrupção em âmbito nacional e internacional. Ao subornar funcionários públicos e privados, essas empresas comprometem a atividade econômica e o desenvolvimento social, exigindo uma ação global para combater essas práticas (BRITO, 2020, p. 38).

3. Impactos do caso Enron na legislação contábil e auditoria

Por conta da perda de confiança por parte do público na contabilidade e demonstração depois dos escândalos que ocorreram, dentre outros, no caso Enron, as autoridades dos Estados Unidos tentaram agir rapidamente, procurando evitar que novas ações ilícitas ocorressem por parte da administração de multinacionais do país.

Assim, vem à tona, em 2002, a Lei Sarbanes-Oxley (*Sarbanes-Oxley Act* ou SOX), fruto do trabalho dos Senadores Paul Sarbanes, dos Democratas de Maryland, e Michael Oxley, dos Republicanos de Ohio. A lei reforçou os sistemas antifraude dentro das corporações americanas, enfatizando as demonstrações de documentos e independência das auditorias (SCHMIT, 2002).

Neste ponto, no contexto norte-americano, dois estatutos legais foram aprovados quanto às fraudes, o The United States Code (USC), estatuto que forma o embasamento civil e criminal das fraudes e demais crimes relacionados, e o The Sarbanes-Oxley Act (SOX). A lei Sarbanes-Oxley tem como grande objetivo a promoção de maior transparência dos relatórios contábeis, visando garantir a segurança e a confiabilidade das informações, impondo mais responsabilidade aos profissionais da contabilidade. A lei praticamente redefiniu as normas para as organizações, em relação à divulgação e a emissão de relatórios financeiros (BORGES DE OLIVEIRA; SILVA; ORTEGA, 2019, p. 111).

A SOX estabelece uma gama de procedimentos contábeis e fiscais a serem adotados pelas empresas que negociam títulos no mercado mobiliário, bem como punições em razão do descumprimento de tais procedimentos. Ademais, labora com o controle interno das organizações e com a transparência das informações financeiras (SCHMIT, 2002).

A lei, de alcance abrangente, estabelece novos padrões fiscalizatórios, e deve ser seguida pelas empresas de capital aberto dos Estados Unidos e de outros países que negociem nos EUA, bem como por executivos e empresas de auditoria voltadas para o exterior. A auditoria independente é a grande mola propulsora da garantia de veracidade de informação (SCHMIT, 2002). Cumpre ressaltar que a teoria da agência considera a auditoria como instrumento para

garantir credibilidade a dados fantasiosos e enganosos, mascarando-lhe a veracidade (WOLK; TEARNEY, 1997).

Nos anos 90, os auditores começaram a ocupar posições muito delicadas, diante das altas das ações e grande prosperidade no mercado de ações. A grande pressão por aumento dos lucros gerou aos auditores também, mais pressão diante da necessidade de julgar seus clientes, declarando suas transações contábeis como honestas ou desonestas. Isso fez com que eles comessem a assumir uma postura de consultoria, tentando, de todas as formas, prover justificativas para o "estiramento" dos limites contábeis americanos, de forma que até essa década não se havia visto (BERGAMINI JÚNIOR, 2002, p. 5).

A lei, ainda, estabelece penas para conselheiros administrativos das empresas por conta do desvio de conduta das mesmas, sendo que a penalidade é a retirada dos bônus e da lucratividade obtida (SCHMITT, 2002).

Além disso, os planos de benefícios dos subordinados são limitados. É interessante notar também que existem penalidades para funcionários que esconderem documentos que comprovam fraudes, exatamente o que ocorreu com o caso Enron (SCHMITT, 2002).

As auditorias compreendiam e compreendem ainda o exame de todos os livros, registros e documentos da empresa, fazendo a análise necessária dessa documentação a fim de mensurar e confirmar as informações patrimoniais decorrentes desses registros, mensurando ainda sua validade ao relacionar-se o controle patrimonial com as demonstrações contábeis da empresa. Franco e Marra definem esse processo como:

A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas (FRANCO; MARRA, 1992, p. 22).

Outrossim, como já dissemos:

A auditoria contábil tem como principal objetivo a emissão de uma opinião visando comprovar a veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis, mediante a afirmação de que tais dados condizem ou não com a realidade patrimonial da organização. Pela auditoria, é possível concluir se a empresa auditada emite seus relatórios financeiros conforme as normas e princípios aceitos pela contabilidade, além de contribuir para a comprovação da eficiência dos controles internos (BORGES DE OLIVEIRA; SILVA; ORTEGA, 2019, p. 114).

A contabilidade, por certo, lida com a informação documentada. E as pessoas que utilizam essas informações incluem basicamente todas que estão envolvidas com as finanças das organizações (investidores, empresas, stakeholders etc.). Nesse caso, cada um deles precisa de uma informação, diferente, visto que atuam em cargos diferentes também. A responsabilidade da pessoa que trabalha com contabilidade é não deixar esses cargos carentes de informação, ao mesmo tempo em que não lhes deve fornecer informação privilegiada que não guarde conexão com a função exercida. O profissional deve conhecer os “Princípios Contábeis, o sistema tributário do país, a atividade da empresa, seu mercado e atuação, o modelo de decisão dos usuários das informações contábeis e aplicá-los de forma adequada” (ELIAS; MANSANO; CAMPANHOL, 2014, p. 5).

O verdadeiro controle das empresas dos dias atuais se encontra nas mãos da gestão, já que eles podem alocar os recursos e apropriações. A apropriação desses recursos por parte da administração ocorre, por exemplo, por meio da abertura CNPJs independentes para fazer a

execução de determinados serviços com valores acima da média do mercado (CUPERTINO *et al.*, 2001).

No caso Enron, nota-se que a direção não utilizava o dinheiro que entrava na empresa para maximizar os ganhos, mas sim para torná-la independente por meio do superávit excessivo. A fusão de empresas e compra de novas mostra que algumas decisões não são boas para quem investe. De igual maneira, a resistência dos gestores a *takeover* tem sido utilizada como mais uma demonstração da divergência de objetivos entre administração e investidores.

Tecnicamente, a Enron utilizou empresas coligadas e controladas para inflar seu resultado, uma prática comum nas empresas. Através de SPE's (Special Purpose Entities), a empresa transferia passivos, camuflava despesas, alavancava empréstimos, leasings, securitizações e montava arriscadas operações com derivativos. Existem duas maneiras de contabilizar participações em outras empresas nas demonstrações contábeis. A primeira é contabilizar esta participação como um investimento no ativo. A segunda é através da consolidação, onde os ativos e passivos da coligada/ controlada são somados aos da controladora (SCHMIT, 2002).

Quando pensamos na falta de transparência da empresa é impossível não falarmos dos auditores responsáveis. A Enron, assim como a maior parte das maiores empresas do planeta, recebia serviços de auditoria da *Big Five*, ou seja, um universo das cinco empresas de auditoria mais importantes nos tempos atuais. A Arthur Andersen na realidade não errou e nem foi contra as regras de contabilidade americanas. A grande verdade é que Arthur Andersen admitiu que deveria ter exigido a consolidação de uma SPE que representaria 20% do ajuste do 3º trimestre de 2001. A sua culpa tem relação com a dependência que ele criou com a Enron e por não alertar aqueles que estavam correndo riscos sobre a real situação da empresa (SCHMIT, 2002).

Os problemas com balanços falsos são as pontas de icebergs que colocam na berlinda a comunicação institucional de uma organização, com suas publicações de diversos tipos, desde as econômicas, passando pelas socioambientais chegando aos informes de caráter geral. De fato, nenhuma outra área estratégica de uma organização foi tão impactada, questionada e colocada à prova quanto às comunicações institucionais, quer internamente, quer externamente (ELIAS; MANSANO; CAMPANHOL, 2014, p. 14).

No caso estudado, a regra dos 3% fez com que a realidade da economia da empresa fosse ignorada, de forma que os ativos-objetos e as dívidas deveriam ter sido implementados no balanço da empresa no início de tudo, de forma conservadora. Como isso não foi feito, os princípios fundamentais da contabilidade foram desrespeitados.

Perceba-se, assim, que, grosso modo, a questão ética fora desvirtuada no caso sob exame. Como já dissemos, a fraude contábil, ao degenerar a ética e os valores morais e sociais “lesa valores, patrimônios, projetos e investimentos” (BORGES DE OLIVEIRA; SILVA; ORTEGA, 2019, p. 107).

A mencionada Lei Sarbanes-Oxley, resultado direto do caso Enron, lida não apenas com a segurança e confiabilidade das informações, mas tem como pano de fundo “uma preocupação quanto à relação entre economia, ética, direito, transparência e *compliance*” (BORGES DE OLIVEIRA; SILVA; ORTEGA, 2019, p. 112).

A solução para o problema da corrupção reside, em grande medida, na prevenção. É necessário investir em medidas que promovam uma cultura de integridade e ética, tanto no setor público quanto no privado. A adoção de práticas de *compliance*, por exemplo, representa um passo importante nesse sentido, incentivando a autorregulação das organizações (MURATA, 2021, p. 315).

Por derradeiro, cumpre ressaltar, entre nós, como efeito indireto, a edição da Lei Anticorrupção Empresarial (Lei 12.846/2013), com aproximações com a SOX e com a *Forreign*

Corrupt Practices Act (FCPA), enfatizando, novamente, a necessidade de adoção de parâmetros éticos e técnicas de *compliance* para o desenvolvimento empresarial.

4. Conclusão

É da natureza da falibilidade humana a necessidade de criar mecanismos para lidar com os comportamentos antiéticos e as fraudes que deles decorrem. Na área empresarial, a questão é ainda mais acentuada.

No presente trabalho, tivemos a oportunidade de trabalhar brevemente com o caso Enron, do começo dos anos 2000, nos Estados Unidos. De promissora e dinâmica empresa do ramo energético – posteriormente ampliado – para uma queda brusca, falência e revelação de graves fraudes contábeis, foram menos de dez anos. E, como se nota, tudo isso diante dos olhos daqueles que deveriam fiscalizar a empresa de maneira independente e proba. Noutras palavras, condutas antiéticas seguidas conduziram não apenas a empresa à ruína, como também ao prejuízo de investidores lesados e enganados pelas informações incorretas, especialmente a dívida da empresa.

A complexidade da contabilidade das grandes corporações não é nenhum segredo, especialmente a necessidade de fornecer informações alocadas para determinados setores sem comprometer o sigilo de outras e sem privilegiar determinados segmentos. O que explica a falência da Enron foram as alterações em seus balanços para caminhar na direção do que o mercado esperava: não demonstrava passivos, mas sim parcerias de empresas privadas; vendia ações para que economistas ficassem satisfeitos com os supostos lucros.

Na situação da Enron, podemos dizer que as tarefas profissionais não foram respeitadas, nem do lado da gestão nem do lado da contabilidade. A ideia de que a consultoria e a contabilidade estavam separadas não é bem aceita, visto que ambas eram feitas pela mesma pessoa, a gigante da auditoria Arthur Andersen. Andrew Fastow, por exemplo, era um investidor que estava sempre presente nas melhores negociações, por conta de suas informações privilegiadas. Sendo assim, ele colocou sua ganância e seu interesse financeiro à frente da empresa, ocultando seus verdadeiros dados.

Quando o funcionário da administração é o mesmo que controla a contabilidade, o interesse da pessoa física pode se sobrepor ao de pessoa jurídica para favorecer investidores. Em mercados financeiros assim caracterizados, o ágio pago pelo controle é significativo.

Enquanto isso, em casos em que o controle do capital se encontra espalhado ou quando os profissionais que atuam no controle e na gestão não são os mesmos, é comum existir divergências entre ambos. No primeiro caso, a gestão possui maior flexibilidade, pois os investidores pagam caro para exercerem direitos. No segundo caso, os contratos formais e incentivos criados entre a controladoria e a gestão possuem a capacidade de reduzir, porém não acabar, com os problemas de agenciamento.

Como visto, a decorrência legal do caso Enron foi a edição da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), em 2002, no cenário norte-americano. Contudo, note-se que a lei atinge qualquer empresa que mantenham *American Depositary Receipts* (ADRs) na Bolsa de Nova York (NYSE), isto é, empresas de qualquer local do mundo que negociem valores mobiliários nos Estados Unidos.

A SOX impactou diretamente a auditoria das empresas, prezando pela informação transparente e confiável sobre as finanças e contabilidade empresariais. Dentre suas principais mudanças pode-se mencionar a necessidade de técnicas de governança corporativa, a criação de comitês independentes de auditoria, a responsabilização dos diretores financeiros, implementação de códigos de ética e conduta e punições inclusive criminais. A famosa Seção 404 estipula avaliação periódica dos controles e procedimentos internos na emissão de relatórios financeiros, bem como a necessidade de relatório separado do auditor independente, inclusive acerca dos procedimentos internos para emissão do relatório interno.

Não se olvide a influência que a lei em caso, assim como a FCPA, teve sobre a edição da nossa Lei Anticorrupção Empresarial, aliada a atos corruptivos na época de sua promulgação. O

que se nota, no fundo de todas essas mudanças, é a necessidade constante de lidar com a conduta antiética e resgatar os valores morais das companhias.

5. Referências

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Ética empresarial e contabilidade: o caso Enron. **Pensar Contábil**, v. 5, n. 16, 2002, p. 1-10.

BORGES DE OLIVEIRA, Emerson Ademir. **A Constituição brasileira ao alcance de todos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

BORGES DE OLIVEIRA, Emerson Ademir; SILVA, Ana Cláudia Rossetto; ORTEGA, Ana Clara da Silva. A união do direito econômico e da contabilidade forense no combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista dos Tribunais**, v. 1000, a. 108, fev. 2019, p. 101-126.

BRITO, A. C. de. A “lei anticorrupção” e o direito penal. Corrupção no setor público e privado. **Duc In Altum - Cadernos de Direito**, [S. l.], v. 11, n. 25, 2020, p. 27-42. DOI: 10.22293/2179-507x.v11i25.1162. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/1162>.

CATELLI, Armando; PARISI, Cláudio; SANTOS, Edilene Santana. Gestão econômica de investimentos em ativos fixos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, n. 31, jan. 2003, p. 26-44.

CUPERTINO, César Medeiros *et al.* **Análise da queda de um grande conglomerado empresarial sobre a ótica da agency theory**. Disponível em: <http://www.geocities.ws/wolneyunb/arquivos/texto2enron.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ELIAS, Aline Luciana de Oliveira; MANSANO, Rafaela Spereta; CAMPANHOL, Edna Maria (Coord.). Questões éticas na auditoria independente: a auditoria da empresa Arthur Andersen na empresa Enron. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática**, v. 1, n. 2, jan./dez. 2014, p. 1-16.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GRADILONE, Cláudio. Que análise! **Exame**, São Paulo, v. 36, n. 4, fev. 2002, p. 23.

MOREIRA, José Manuel. **A Contas com a Ética Empresarial**. Cascais: Principia, 1999.

MURATA, A. M. L. K. A ENCCLA como política pública: prevenção e repressão à corrupção e à lavagem de dinheiro. **Duc In Altum - Cadernos de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 29, 2021, p. 315 - 324. doi: 10.22293/2179-507x.v13i29.1472. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/1472>.

SCHMITT, Cecília. **Entenda o Caso Enron**. Disponível em: <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/schmitt1.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SILVA, Carolina Tavares. **A importância de controles internos para a gestão de riscos: Caso Enron**. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 45. 2014.

SILVA, Erlon Rodrigo da. **A importância da auditoria interna na gestão dos recursos financeiros**: um estudo de caso em uma rede de concessionárias de veículos. Florianópolis, 2008. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 59. 2008.

WOLK, Harry; TEARNEY, Michael. **Accounting theory**. Cincinnati: South-Western, 1997.